



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS**

**CONTRATO Nº 53/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO E A EMPRESA
DECOLANDO TURISMO E
REPRESENTAÇÕES LTDA.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo *Decreto de 10 de outubro de 2023* da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.540/0001-58, sediada na SCLN 110, Bloco C, sala 201, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70753-530, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo sócio Jonas Leonardo Sousa de Oliveira, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23076.050113/2023-60** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, nos termos da *Ata de Registro de Preços nº 35/2024*, decorrente do **Pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços nº 37/2023** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços empresa agenciadora de passagens aéreas, devidamente credenciada junto aos órgãos reguladores, visando a aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo os serviços de cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais

e o serviço correlato de seguro viagem internacional, para atender eventual necessidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, nos seguintes quantitativos:

Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	1.500	0,0001	0,15
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	200	0,0001	0,02
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	200	122,40	24.480,00
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repassé)	Unid	1500	1.307,58	1.961.370,00
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	200	6.734,49	1.346.898,00
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	200	0,0001	0,02
VALOR TOTAL						3.332.748,19

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, os documentos abaixo, acostados sob as numerações indicadas no processo eletrônico indicado no preâmbulo deste Contrato:

1.2.1. Termo de Referência: **documento 102**;

1.2.2. O Edital do Pregão para SRP nº 37/2023: **documento 138**;

1.2.2. Proposta da CONTRATADA, de 29.07.2024: **documento 163**;

1.2.3. Ata de SRP nº 35/2024, de 21/08/2024: **documento 188** e anexa a este Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da **contratação é de 12 (doze) meses, contados de 15 de setembro de 2024**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2 A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução deste contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação;

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 3.332.748,19 (três milhões, trezentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e dezenove centavos);**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/09/2023;
- 7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - IBGE, ou outro índice definido pelo Governo Federal que porventura venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- 7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor; Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i.1) A CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- k) Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- a) Manter preposto aceito para representá-lo na execução deste Contrato;
 - b) A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser

recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Não contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas,

qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos;
- l) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;
- m) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- n) Manter durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#);

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

10.4 A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela

CONTRATADA;

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

10.6 É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

10.7 A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

10.8 A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

10.9 A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1.A CONTRATADA comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), se:

- a) der causa à inexecução parcial deste contrato;
- b) der causa à inexecução parcial deste contrato que cause grave dano à CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total deste Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.1. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na

- alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- 12.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 12.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 12.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 12.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também

sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#);

- 12.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 12.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#);
- 12.12. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA 13 – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;
- 13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse

sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3) Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 14 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 153080;
- II. Fonte de Recursos: Tesouro;
- III. Programa de Trabalho: A ser indicado posteriormente;
- IV. Elemento de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- V. Plano Interno: M005360124N;
- VI. Notas de Empenho: **2024NE000154, 2024NE000155 e 2024NE000156**
(doc. 198 do processo 23076.050113 2024-37)

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 15 – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 16 – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA 17 – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na *Internet*, em atenção ao art. 91, *caput*,

da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA 18– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Recife, 09 de setembro de 2024.

II

ALFREDO MACEDO GOMES
Reitor
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CONTRATANTE

JONAS LEONARDO SOUSA DE OLIVEIRA
Sócio
DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
CONTRATADA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE CONTRATOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2024

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife, PE, CEP 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, nomeado pelo *Decreto de 10 de outubro de 2023* da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 37/2023**, publicada no Diário Oficial da União, edição 149, Seção 3, em 05/08/2024, **processo administrativo nº 23076.050113/2023-60**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa agenciadora de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo os serviços de cotação, reserva, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais e o serviço correlato de seguro viagem internacional, especificados nos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Grupo 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 37/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independentemente de transcrição.

1.1.1. Termo de Referência: **documento 102** do processo indicado no preâmbulo;

1.1.2. Proposta do fornecedor adjudicatário, de 29.07.2024: **documento 163** do

mesmo processo.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR						
Decolando Turismo e Representações Ltda. CNPJ 05.917.540/0001-58 SCLN 110, Bloco C, sala 201, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70753-530 atendimento@decolandoturismo.com.br (61) 3031.5454 Jonas Leonardo Sousa de Oliveira (sócio)						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – UASG 153080**.

3.2. Além do gerenciador, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – UASG 153065 é órgão participante do registro de preços, cabendo-lhe, por item, os seguintes quantitativos indicados na tabela do subitem 2.1:

UFPB		
Grupo	Item nº	Quantidade
1	1	806
	2	21
	3	21
	4	806
	5	21
	6	21

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 4.1**.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento

convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **subitem 4.6**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na **formalização do contrato** ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o **subitem 5.2** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o **subitem 5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o **subitem 5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **item 9**.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto nos **subitens 5.7, 5.7.1 e 5.7.2**, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro

de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o

fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **subitem 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no subitem 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do **subitem 9.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 7.2** e no **subitem 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **subitem 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo

estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 9.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 9.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência anexo ao edital licitatório.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia ao órgão participante*.

Anexo: Cadastro Reserva (Relação de fornecedores, por ordem de classificação, após sorteio) que mantém proposta original e preços iguais ao fornecedor adjudicatário).

Recife, 21 de agosto de 2024

ALFREDO
MACEDO

GOMES:41972
074415

Assinado de forma
digital por ALFREDO
MACEDO
GOMES:41972074415
Dados: 2024.08.22
08:56:55 -03'00'

ALFREDO MACEDO GOMES

Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
ÓRGÃO GERENCIADOR

JONAS LEONARDO SOUSA
DE OLIVEIRA:73229369149

Assinado de forma digital por JONAS
LEONARDO SOUSA DE OLIVEIRA:73229369149
Dados: 2024.08.21 13:33:38 -03'00'

JONAS LEONARDO SOUSA DE OLIVEIRA

Sócio

DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
FORNECEDOR

Anexo: Cadastro Reserva (Relação de fornecedores, por ordem de classificação, após sorteio) que mantém proposta original e preços iguais ao fornecedor adjudicatário), conforme **documento 157** do processo 23076.050113/2023-60.

2º Lugar WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.						
CNPJ 07.340.993/0001-90 Rua Humberto Morona, 185, Cristo Rei, Curitiba, PR, CEP 80050-420 webtrip@webtrip.tur.br (41) 3363-0663 Hugo Henrique Aurélio de Lima						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repassé)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

3º Lugar AEROTUR SERVIÇOS DE VIAGENS LTDA.						
CNPJ 05.120.923/0001-09 Rua Apodi, 583, sala 2, 2º andar, Natal, RN, CEP 59020-130 adriano@aerotur.com.br ; comercial@aerotur.com.br ; lazer@aerotur.com.br (84) 3220-2999; (81) 3326-8872 Adriano da Nóbrega Gomes						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repassé)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

4º lugar IDEIAS TURISMO LTDA.						
CNPJ 02.676.310/0001-56 SIG Quadra 1, s/nº, lote 985/1055, salas 19T, 20T, 21T, 22T e 23T, Zona Industrial Brasília, DF, CEP 70610-410 atendimento.corporativo@ideiasturismo.com (61) 3038-1400 Maria Cristina Bueno						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem –	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48

		voos domésticos (repassé)				
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

5º lugar R. MORAES AGÊNCIA DE TURISMO LTDA. CNPJ 06.955.770/0001-74 Setor SCS, Quadra 06, 141, Bloco A, Sala 101, Asa Sul, Brasília, DF, CEP 70327-900 ricardomoraes@rmtur.com.br (48) 988369045 Gean Ricardo Moraes						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repassé)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

6º lugar BREMATUR PASSAGENS E TURISMO LTDA. CNPJ 82.524.232/0001-03 Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 603, Loja 01, Edf. Omini, Centro, Curitiba, PR, CEP 80430-180 contabilex@contabilex.com.br (41) 30324030 Roseli Elizabete Kupka						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repassé)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

7º lugar INOVE TURISMO LTDA. CNPJ 45.339.142/0001-16 Rua Monza, 226, sala 701, Pagani, Palhoça, SC, CEP 88.132-147 contratos@innove.tur.br ; matheusgrando@outlook.com (47) 99186-0966; (47) 99931-7726 Matheus Alexandre Grando						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$

1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

8º lugar ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA.						
CNPJ 21.331.404/0001-38 Praça Samuel Sabatini, 226, sala 306, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-700 wagner.moita@orleanstur.com.br silas.alencar@orleanstur.com.br telefone: (11) 2273-4343 Wagner Ferreira Moita						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

9º lugar R.R.F. GUIMARÃES AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.						
CNPJ 33.318.780/0001-71 Rua Aldenir Costa Marins, 200, loja, Bairro Green Valley Rio Bonito, RJ, CEP 28800-000 felipe@rrfviagens.com.br (21) 2734.3676 ; (212) 96434.7500 Carlos Felipe Tolentino Guimarães						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

10º lugar						
-----------	--	--	--	--	--	--

VN SOAREAS – VIAJE BEM MAIS LTDA.						
CNPJ 16.826.800/0001-04						
Avenida Jamel Cecílio, 715, Jardim Goiás, Goiânia, GO, CEP 74810-200						
financeiro.viajebemmais@gmail.com						
(62) 3251-1057						
Valéria Nogueira Soares						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

11º lugar MUNDO A FORA VIAGENS LTDA.						
CNPJ 51.005.761/0001-77						
Rodovia DF 250, Núcleo Rural São José, Lote 35B, Área rural de Planaltina						
Brasília, DF, CEP 73499-899						
eduardonunes2014tj@gmail.com						
(61) 9883-8837						
Eduardo Nunes da Costa						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

12º lugar DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA.						
CNPJ 15.741.471/0001-63						
Tv. Dom Romulado de Seixas, 921, Belém, PA, CEP 66050-110						
leandro@dinastur.com.br; dinastur@dinastur.com.br						
(91) 3241-0879; (91) 99604-4278						
Leandro Rossy Carvalho						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes	Unid	221	0,0001	0,0221

		de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)				
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

13º lugar LOBATOUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. CNPJ 28.364.690/0001-87 Avenida Ruy Frazão Soares, 81, sala 211, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22790-074 financeiro@meumodoaviao.com.br (21) 9 8350.4027 Antônio Bandeira Neto						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repassé)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

14º lugar MIRANDA TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ 24.929.614/0001-10 SHS Quadra 01, Bloco A, Loja 19, 20, 50/51, Hotel Nacional, Brasília, DF, CEP 70322-900 rosana@agmturismo.com.br (61) 32143611; (61) 32143630 Fernando Márcio Versiani de Miranda; Joyce Izuka de Carvalho Miranda						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repassé)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repassé)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repassé)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

15º lugar DF TURISMO E EVENTOS LTDA. CNPJ 07.832.586/0001-08 Asa Sul, 6º andar, sala 619, Edifício Assis Chateaubriand, Brasília, DF, CEP 70340-906 comercial02@dfturismo.tur.br (61) 99673-6492 Diego da Silva Teixeira						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806

1	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repass)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repass)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repass)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

16º lugar ÉTICA TURISMO VIAGENS RECEPTIVOS LTDA. CNPJ 16.604.411/0001-26 Avenida Almirante Barroso, 836, sala A, Bairro Centro, Macapá, AP, CEP 68900-041 atendimento@eticaturismo.tur.br (96) 3242-4158 Lana Karina Pinon Nery						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repass)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repass)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repass)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

17º lugar BILACORP VIAGENS E TURISMO LTDA. EPP CNPJ 27.829.511/0001-77 Avenida Presidente Kennedy, 3500, sala comercial 1803, Santa Paula São Caetano do Sul, SP, CEP 09572-200 rpereira@bilacorp.com.br (11) 2897.9765 Ricardo Teixeira Pereira						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repass)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repass)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repass)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

18º lugar AEREOTUR VIAGENS E OPERAÇÕES TURÍSTICAS LTDA.						
CNPJ 04.864.703/0001-19 Avenida Melício Machado, 1060, Loja 21, bairro Aeroporto, Aracaju, SE, CEP 49038-443 sac@aereotur.com (79) 3214-5656; (79) 3085-5042; (79) 3243-4005; (79) 3011-0119 Ravison Silva de Souza						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948

19º lugar VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.						
CNPJ 01.017.250/0001-05 SCS, Quadra 05, Bloco A-50, sala 417, Edifício Brasília Shoppint and Toweres Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70715-900 voeturturismo.com.br (61) 2106.6400 Regiane Soares da Silva						
Grupo	Itens	Especificação	Unid	Quant	Unitário R\$	Total R\$
1	1	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (remuneração da agência)	Unid	2806	0,0001	0,2806
	2	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
	3	Emissão de seguro viagem (repasse)	Unid	221	122,40	27.050,40
	4	Emissão de bilhetes de passagem – voos domésticos (repasse)	Unid	2806	1.307,58	3.669.069,48
	5	Emissão de bilhetes de passagem – voos internacionais (repasse)	Unid	221	6.734,49	1.488.322,29
	6	Alteração e cancelamento de bilhetes de passagens – voos domésticos e internacionais (remuneração da agência)	Unid	221	0,0001	0,0221
VALOR TOTAL						5.184.442,4948



Emitido em 09/09/2024

CONTRATO Nº 931/2024 - CGC PROAD (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 09/09/2024 08:35)

FERNANDO BATISTA DOS SANTOS

COORDENADOR - TITULAR

CGC PROAD (12.69.11)

Matrícula: ###324#5

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **931**, ano: **2024**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **09/09/2024** e o código de verificação: **f228a01b9e**